

3º OPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA - 2023

PREMIAÇÕES

CAT. infanto/juvenil Até 17 anos

- 1º Lugar R\$ 250,00
- 2º Lugar R\$ 150,00
- 3º Lugar R\$ 100,00
- 4º Lugar R\$ 100,00

CATEGORIA Veterano Acima de 40 anos

- 1º Lugar R\$ 250,00
- 2º Lugar R\$ 150,00
- 3º Lugar R\$ 100,00
- 4º Lugar R\$ 100,00

CATEGORIA adulto 18 a 29 anos

- 1º Lugar R\$ 250,00
- 2º Lugar R\$ 150,00
- 3º Lugar R\$ 100,00
- 4º Lugar R\$ 100,00

CAT. Absoluto Fem.

- 1º Lugar R\$ 200,00
- 2º Lugar R\$ 100,00
- 3º Lugar R\$ 50,00
- 4º Lugar R\$ 50,00

CATEGORIA Sênior 30 a 39 anos

- 1º Lugar R\$ 250,00
- 2º Lugar R\$ 150,00
- 3º Lugar R\$ 100,00
- 4º Lugar R\$ 100,00

CAT. Absoluto Mas. A e B

- 1º Lugar R\$ 500,00
- 2º Lugar R\$ 300,00
- 3º Lugar R\$ 150,00
- 4º Lugar R\$ 150,00

Inscrições gratuitas
Até 18/10

Na Diretoria de Esportes, Estádio Gentil Valério de Lima, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30

Realização dos jogos
de 21/10 e 22/10
Congresso Técnico
21/10

Maiores informações:
 (69) 99948-4827
 (69) 98422 3263

Ieda Chaves destina R\$ 100 mil em emenda para o “Duelo na Fronteira”



Com o objetivo de incentivar a cultura regional, a deputada estadual Ieda Chaves (União Brasil) contribuiu com a destinação de emenda parlamentar no valor de R\$ 100 mil para a retomada do evento folclórico “Duelo da Fronteira” em Guajará-Mirim. As apresentações das agremiações bois-bumbás Malhadinho e Flor do Campo ocorreram durante o último fim de semana no bumbódromo Márcio Menacho.

De acordo com a parlamentar, o recurso foi muito útil, pois contribuirá para garantir a continuidade das tradições culturais e turísticas da região. “A festa é sempre linda e é um marco que atrai a atenção de todos. Após alguns anos, o Duelo da Fronteira voltou com um tema que deve ser abordado sempre, que é a resistência cultural. Eventos assim promovem

o turismo, a renda e reforçam nossa identidade”, disse Ieda Chaves.

No último mês de junho, a presidente da nação Azul e Branca, Camila Miranda, fez um convite especial a Ieda Chaves para ser madrinha do Boi-Bumbá Malhadinho, aceitando com muito carinho. Sendo assim, ela considera que com essa missão é possível contribuir ainda mais à cultura do estado.

O festival

O Festival Folclórico foi fundado em 1995 e atua na preservação das heranças culturais indígenas e caboclas por meio de músicas, danças e lendas. No último mês, o festival foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial do estado pela Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) e agora aguarda a sanção do governador.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
ALTO PARAÍSO - RO.
Comissão Permanente de Licitação – CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº: 071/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
2264/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL EXTERNA, E REALIZAR PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – RO”, com características principais: pintura predial externa, pequenos reparos e manutenção em forro de pvc, telhado, calhas, rufos, porta e janela, tudo conforme termo de referência Anexo I, do Edital. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO. Valor estimado: R\$ 117.871,87 (cento e dezessete mil oitocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos). Início da sessão pública: dia 31/10/2023 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br www.altoparaíso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaíso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 16 de outubro de 2023.

Thiago S. de Souza
Pregoeiro

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO PARAÍSO - RO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso – RO, adjudica e homologa a despesa por meio da TOMADA DE PREÇOS N.º 018/2023, referente ao Processo Administrativo nº 2018/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM, MEIO-FIO E SARJETA NA AVENIDA TANCREDO NEVES, LC-85 EM UMA ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO 9786,97M² E EXTENSÃO DE 1087,44 METROS PARA ATENDER NA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO SINCOV Nº 881201/2018 CONFORME O PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2023-DPCN-MD, tendo como unidade orçamentaria a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP no valor Global de R\$ 1.084.426,70 (hum milhão e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta centavos) em favor da empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA COLISEU EIRELI - EPP, CNPJ: 11.139.487/0001- 04.

Alto Paraíso-RO, 16 de outubro de 2023.

AUTORIZADO NA FORMA DA LEI:
JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente

day use 28 outubro

day use 28 outubro

INCLUSO NO PACOTE

- Transfer ida e volta (Porto Velho x Jaci-Paraná),
- ALMOÇO e COFFEE BREAK,
- ISCAS (Minhocuçu + Tuvirás)
- 01 Barco com motor (15 hp a 30 hp) e pilotoiro e
- guia do pesca por dupla de pescadores,
- Combustíveis do barco (25 litros por embarcação/dupla),
- EQUIPE DE APOIO

Prefeitura de Ariquemes promove ações noturnas alusivas à campanha Outubro Rosa

A Prefeitura de Ariquemes, através da Secretaria Municipal de Saúde - Semsau, deu início às ações noturnas nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, em alusão à campanha Outubro Rosa. A iniciativa tem, por objetivo, fomentar a prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

Os atendimentos serão realizados das 18h às 22h, e a primeira ação foi realizada na Unidade Básica de Saúde do setor 05, na última quarta-feira (11). Serão oferecidas, Consultas Médicas, Coleta de Preventivo, Solicitação de Mamografia, Vacinação, Testes Rápidos e sorteio de brindes.

Calendário das próximas ações.

- 16/10 - UBS do Setor 06
- 18/10 - UBS do Jd. Zona Sul
- 19/10 - UBS do Setor 02
- 24/10 - UBS do Mutirão
- 24/10 - UBS do Jd. Alvorada
- 25/10 - UBS do 25 de Dezembro
- 25/10 - UBS do Setor 10
- 26/10 - UBS do Marechal
- 31/10 - UBS do Setor 09



Sicredi oferece mais de 50 cursos on-line e gratuitos

Educação financeira, sustentabilidade, desenvolvimento profissional e cooperativismo são alguns dos diversos temas abordados nos cursos on-line, disponibilizados gratuitamente pelo Sicredi. A instituição financeira cooperativa, por meio de sua Fundação, oferece mais de 50 formações com certificado, disponíveis na Plataforma Sicredi na Comunidade. Desde o lançamento da seção de cursos na Plataforma, há um ano, mais de 22 mil pessoas já se qualificaram.

As formações são divididas em cinco eixos temáticos: Educação para Transformação Social; Educação Financeira para uma Vida Sustentável; Cooperativismo na Prática; Para Você e seu Negócio e Para um Mundo Melhor. Dentro dessas temáticas, há cursos de Ferramentas de Inovação; Autoliderança; Gestão do Tempo; Educação Financeira e Investimentos; Essência do Cooperativismo; Como Elaborar Projetos Sociais, entre outros.

“Sabemos o quanto o conhecimento é importante para a transformação social, por isso essa é mais uma das nossas iniciativas que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento das pessoas e, por consequência, desenvolver as



comunidades. A Plataforma Sicredi na Comunidade é um ambiente vivo e a seção de cursos é abastecida constantemente com novos conteúdos por meio da Fundação e de nossas cooperativas, e esperamos que as pessoas utilizem a ferramenta para aprender quando e onde quiserem”, explica Romeo Balzan,

superintendente de Cooperativismo e Sustentabilidade da Fundação Sicredi.

Para se inscrever, basta acessar a plataforma Sicredi na Comunidade, buscar pela seção de “Cursos” e realizar o cadastro. Ao final de cada formação, será gerado um certificado gratuito virtual de conclusão.

Prefeitura faz apelo à população sobre descarte irregular de lixo

A Prefeitura de Porto Velho tem mantido diversas frentes de trabalho para a adequada limpeza da cidade, com ações espalhadas por todas as regiões. A programação da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviço Básicos (Semusb) contempla mutirões, limpeza de vias, manutenção das praças, entre outros cuidados que precisam da colaboração da população.

O apelo da Semusb é para que os municípios não descartem resíduos sólidos em locais impróprios, como terrenos baldios, margens de canais e em frente às suas casas, a fim de evitar o efeito nocivo do lixo que resulta em doenças e prejuízos expressivos, tanto no âmbito ecológico quanto no social.

Segundo o Departamento Técnico da Semusb, a penalidade para quem descarta lixo incorretamente é multa que varia de R\$ 640,88 a R\$



8.011,00. Caso o cidadão flagre o descarte irregular de lixo, pode entrar em contato com o disque denúncia através do número: 0800 647 1390. A Semusb enviará uma equipe para avaliar

o local e identificar o infrator. A população também pode solicitar a limpeza de vias públicas, bem como a desobstrução de bueiros e galerias através do telefone: (69) 3901-3145.

Residencial Porto Bello I será entregue nesta quarta-feira (18)

O sonho da casa própria já tem dia e hora para acontecer: mais de 270 famílias, que foram contempladas com o sorteio do residencial Porto Bello I, vão participar da entrega do empreendimento, que será realizada nesta quarta-feira (18) às 10h, pela Prefeitura de Porto Velho e pelo Governo do Estado.

O Porto Bello I faz parte de um investimento feito pela Prefeitura de Porto Velho, para a retomada das obras de quatro empreendimentos:

Porto Bello I, Porto Fino, Porto Madero II e Porto Madero V. As construções estavam paralisadas há mais de sete anos, e foram aplicados cerca de R\$ 30 milhões por parte do executivo municipal para a conclusão dos conjuntos habitacionais.

A Prefeitura trabalha também na finalização de mais de 260 casas do Pró-Moradia Leste I, FNHIS III, IV e VII que estavam abandonadas há mais de dez anos. Os residenciais receberam o investimento de mais de R\$ 10 mi-

lhões, oriundos de recursos próprios do município.

Com a retomada da construção dos empreendimentos habitacionais, mais de 1.160 famílias de Porto Velho foram favorecidas. Por meio da Lei 740/18, encaminhada pelo prefeito Hildon Chaves e aprovada pela Câmara Municipal, os beneficiários estarão isentos ainda do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tributo pago quando há uma transição imobiliária.

Serviços de limpeza são realizados diariamente em diversos pontos de PVH

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos (Semusb), tem feito diariamente mutirões de limpeza para manutenção dos espaços públicos e vias urbanas da capital. O trabalho das equipes visa preservar a cidade, mantendo as ruas sempre limpas e bem cuidadas.

Para realizar as atividades, trabalhadores da Semusb se dividem em diversos turnos e locais, o que garante mais rapidez e qualidade no serviço. As ações envolvem limpeza, reparo, roçagem, capinagem e recolhimento de entulhos.

Durante esta semana, sete equipes estarão divididas em vários pontos do município, responsáveis pela manutenção. Os trabalhos estão concentrados nas avenidas Jorge Teixeira e Guaporé, e nas ruas Senador Álvaro Maia, Buenos Aires, Jacé Paraná e Júlio de Castilho. A praça Aluizio Ferreira também recebe os serviços de limpeza.

Para solicitar os serviços da Semusb, a população pode ir diretamente à sede da secretaria, localizada na rua Aparício Moraes, nº 3186, bairro Industrial, ou por meio dos telefones: 0800-647-1390 e (69) 3901-3134. As solicitações também podem ser feitas via e-mail, no endereço gab.semusb@gmail.com.



Porto Velho prorroga prazo de pagamento do Imposto Sobre Serviços até 20 de outubro de 2023

Os contribuintes de Porto Velho, excepcionalmente, terão o prazo prorrogado para o dia 20 de outubro para recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente à competência 09/2023.

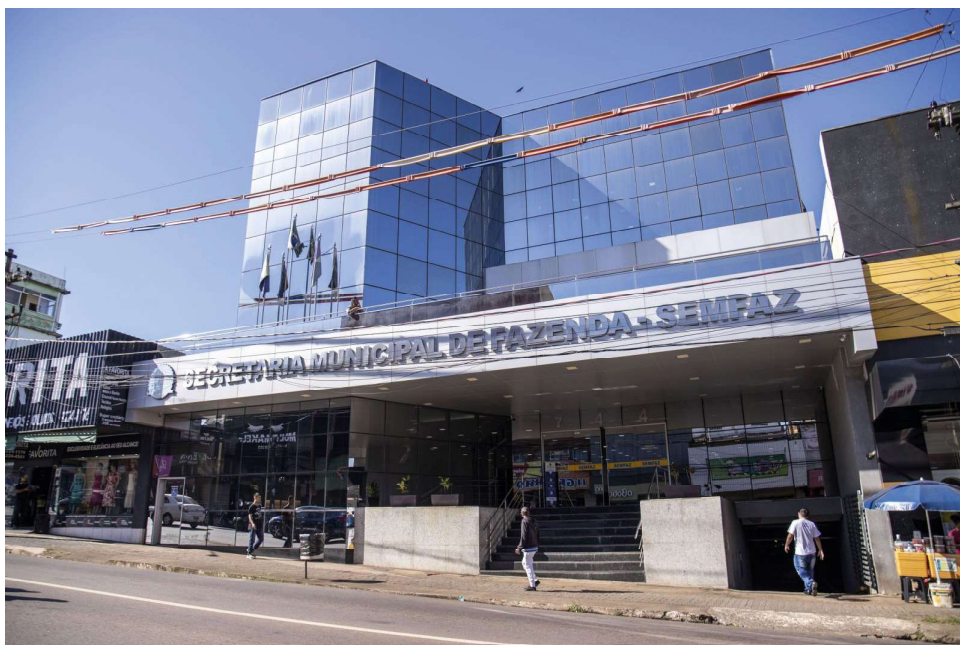
O pagamento do ISSQN deve ser feito até o 15º dia do mês seguinte ao da prestação do serviço, e a prorrogação se faz necessária em face da chegada do novo sistema que vai trazer uma série de benefícios à administração e aos contribuintes.

O ISSQN se aplica a empresas ou profissionais autônomos que realizam a prestação de serviço no Município.

NOVO SISTEMA

Na semana passada, a Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) realizou solenidade no Ministério Público de Rondônia (MPRO) para detalhar as principais funcionalidades da nova plataforma. Segundo o secretário da Semfaz, João Altair, a plataforma foi criada por uma empresa voltada ao desenvolvimento de softwares para a iniciativa pública, e que chega para substituir o atual sistema utilizado pela Prefeitura. “É um sistema bastante transparente. O usuário externo vai poder acessar todas as suas informações cadastrais e tributárias via web. O objetivo é padronizar e melhorar a qualidade das informações, gerando, assim, maior eficiência e redução de custos ao dispensar a emissão em papel, por exemplo”, detalha João Altair.

A chegada da plataforma atende a um dispositivo federal de 2003 que prevê a integração e o compartilhamento de cadastros e informações fiscais entre as administrações tributárias da União, dos Estados e dos Municípios. A Semfaz também informa que para atualização de e-mails de acesso ao Portal de Emissão de Notas Fiscais de serviço eletrônico, contribuintes podem entrar em contato através do e-mail def.semfaz@portovelho.ro.gov.br ou pelos telefones (69) 98473-3160 e 98473-8267.



Atendimento na Secretaria de Fazenda do Município acontece em horário normal

Prefeitura inicia projeto que capacita profissionais de saúde para atendimento à população LGBTQIAPN+

A Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), iniciou a qualificação dos profissionais para o acolhimento à população LGBTQIAPN+ que acessa as unidades básicas de saúde e a rede especializada do município. O ‘Projeto Acolher’ é desenvolvido em parceria com a Associação Beradeiro e foi criado para instruir os servidores da saúde no acolhimento à população em condições de vulnerabilidade, com ações para evitar o preconceito e a discriminação.

O nivelamento dos servidores de saúde é feito por um grupo de 45 pessoas, entre profissionais das áreas de psicologia, enfermagem e medicina, que têm alguma vivência, atuação ou desenvolvem estudos e pesquisas na temática LGBTQIAPN+. A formação é baseada na Política Nacional de Atenção à Saúde Integral LGBT+ do Ministério da Saúde (MS), e engloba,

principalmente, as terminologias da comunidade como as diferenças entre identidade de gênero, orientação sexual e nome social.

Marcuce Antônio Miranda, presidente da Associação Beradeiro, explica que o projeto atua desde o letramento na área da saúde voltado para o público LGBTQIAPN+, e vai ser desenvolvido presencialmente dentro das unidades do município, para ampliar o acesso às ações e serviços de saúde direcionadas a toda essa população específica.

Para observar a necessidade da população LGBTQIAPN+ e garantir que os direitos sexuais e reprodutivos sejam assegurados, o Projeto Acolher propõe alguns pilares, como um levantamento na área de cobertura das equipes de saúde que atuam em Porto Velho. Esse mapeamento visa identificar quais as principais necessidades dos usuários na rede municipal de saúde.

O DESCOMPLICADOR

SE O CLIMA VAI MUDAR E ESQUENTAR, QUEM DIZ É A PREVISÃO. MAS COMO O CLIMA MUDA A SUA FATURA, A GENTE EXPLICA.

CLIQUE E DESCOMPLIQUE

energisa

Prefeitura de Porto Velho disponibiliza leis e decretos municipais para consulta

Todos os projetos de leis ordinárias, leis complementares, decretos e outras legislações municipais mais recentes estão disponíveis para consulta no portal da Prefeitura de Porto Velho, através do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). A medida visa dar ainda mais transparência e acesso facilitado do cidadão às leis em vigor no município, inclusive com as suas eventuais modificações e até o acompanhamento em caso de Ação Direta de Inconstitucionalidade, quando houver.

“Essa é mais uma medida que tomamos, para dar ainda mais transparência nas nossas ações e assegurar à sociedade a consulta de leis e decretos municipais, que estão em sua maioria compilados e já disponibilizados. Esse trabalho se iniciou em 2018 e segue atuando para garantir que todo o arcabouço jurídico municipal esteja acessível ao cidadão”, informou o prefeito Hildon Chaves.

Para o trabalho ser efetivado, uma equipe foi treinada e capacitada para executar a tarefa. Foi criada uma comissão, formada por servidores efetivos, para que a continuidade do trabalho seja assegurada. “O SAPL é destinado aos legislativos, mas somos uma das únicas prefeituras do país que alimenta esse sistema, junto com a Câmara Municipal, em razão de possuímos todo o



acervo de legislações do município. Fizemos um termo de acordo com o Legislativo Municipal e alimentamos a parte de legislação. A Câmara mantém sob sua responsabilidade o processo legislativo, como votação, anexos à lei e outros, com a finalização ficando a cargo da Prefeitura”, explicou Natália Portela, gerente de Compilação de Normas do Departamento Legislativo e presidente da Comissão Especial de Compilação de Normas.

Segundo ela, “o processo de cadastro de leis e de decretos de anos anteriores continua. Temos algumas dificuldades em encontrar algumas leis mais antigas, mas a ideia é disponibilizar todo o arcabouço jurídico municipal para consulta, o que inclui mais de

duas mil leis ordinárias, cerca de 900 leis complementares e mais de 19 mil decretos. Estamos em processo de finalização”.

Sobre a consulta, Natália Portela disse que “ela pode ser feita buscando palavras chaves, com uma base muito ampla de pesquisa e de

identificação das legislações para um determinado tema, pois foi feito um trabalho de compilação. Por exemplo, se o cidadão quer saber acerca do saneamento básico, toda a legislação está disponível, incluindo as leis anteriores e as suas adequações”.



VENHA SE DIVERTIR, VOCÊ E SUA FAMÍLIA NO FANTÁSTICO E ESPERADO!!!

NAVIO PIRATA

ASSOCIE-SE JÁ
(69) 4141-5050
@f tenisclubepvh

Opinião

Superpoderes para destruir patrimônio alheio, poderes limitados pela lei para destruir o crime

Quem sabe um dia as autoridades policiais organizem uma força tão poderosa para enfrentar as facções criminosas, que dominam grandes áreas do país (e obviamente também aqui na Amazônia), como o fazem para destruir balsas e dragas dos garimpeiros, muitos deles sem outra possibilidade de sobrevivência. Nesta semana, ao reunir forças da Polícia Federal de oito Estados (Rondônia, Roraima, Distrito Federal, Bahia, Acre, Mato Grosso do Sul e Pernambuco e Santa Catarina) os federais fizeram questão de divulgar vídeo mostrando que queimaram e destruíram pelo menos uma centena de balsas e dragas em garimpos no rio Madeira e outros, próximos.

O poder de destruir o que encontrar pela frente, nestas áreas de garimpo ilegal, segundo a PF, se baseia num decreto (não é lei, é decreto), que “permite a destruição ou inutilização de produtos, subprodutos e instrumentos envolvidos em atividades ilegais que afetam o meio ambiente, visando evitar a reincidência de infrações, proteger a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo”.

Ou seja, superpoderes para combater crimes ambientais, mas sempre poderes limitados, pela própria legislação, para combater o crime organizado. E assim vai andando o Brasil, onde minorias investigam, prendem e executam a sentença, acima dos poderes do Poder Judiciário. Embora isso devesse ser motivo de vergonha, há quem comemore efusivamente o resultado de uma ação dessas. É lamentável” (Sérgio Pires)



Aumento do ICMS e criação da contribuição rural: Setor econômico questiona decisões tomadas

A semana será cheia de complexidade, que também pode ser traduzida como dificuldades, para a questão do reajuste do ICMS, já aprovado pela Assembleia e sancionado pelo governador Marcos Rocha, como a da nova Contribuição Rural, proposta pelo governo rondoniense. A boa intenção do Palácio Rio Madeira/CPA, de criar um sistema que amplie a arrecadação, a aumentando a partir de 2024, quando então será feito o cálculo da nova divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE), dentro da Reforma Tributária, teve repercussão negativa entre praticamente todos os setores, tanto da área do comércio e serviços, principalmente com o aumento do ICMS de 17,5 para 21 por cento, quanto entre os produtores e o agronegócio, que rechaçaram a criação da nova Contribuição, mesmo que ela não seja obrigatória.

Mesmo com o argumento de que todo o valor arrecadado com este novo tributo seja destinado a atender as necessidades da agricultura e pecuária,

com obras de estradas para escoamento da produção e até ampliação das patrulhas rurais, para dar mais segurança ao setor, a intenção foi alvo de críticas e pronunciamentos fortes contra ela. No caso do tributo rural, o governo já concordou com emenda proposta por seu líder na Assembleia, o deputado Laerte Gomes, em diminuir de 3 por cento para 1 por cento a cobrança, além de isentar vários setores da produção.

Já com relação ao reajuste do ICMS, a situação também é complexa. Aprovado com apenas um voto contrário (do deputado Delegado Camargo) o projeto teve uma avalanche de críticas vindas de entidades do comércio, da indústria e dos serviços e a pressão sobre os deputados, mesmo depois da votação, tornou-se muito forte.

O primeiro recuo foi do deputado Alan Queiroz que, como relator, aprovou o reajuste e, depois da reação contrária, decidiu voltar atrás e apresentar uma indicação para que o Governador o vetasse. O deputado Alex Redano também foi

às redes sociais para mostrar contrariedade. Dois dias depois, os deputados Ismael Crispin, Luizinho Goebel, Ezequiel Neiva e Dr. Luis do Hospital, todos aliados ao governo, gravaram um vídeo, dando o que chamaram de “uma resposta à sociedade”, ao protocolar um documento junto à Presidência da Casa, pedindo a anulação da votação, que aprovou a mudança do ICMS.

Na verdade, todos os parlamentares estão sofrendo uma pressão poucas vezes vista na história do nosso Parlamento. Obviamente que o tema terá muitos desdobramentos e os governistas certamente vão continuar apresentando suas razões para as medidas tomadas, segundo o secretário Luis Fernando, “para contornar problemas futuros e manter o Estado com possibilidades financeiras, de continuar atendendo as maiores necessidades da população”. O governo quer se preparar para um futuro difícil que se antevê. Portanto, a hora agora é de sentar à mesa e conversar, porque a semana será difícil e tensa.

DIÁRIO RO

www.diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional Ltda
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Diretor Administrativo

Maicson Roberto Magalhães Farias

Departamento Comercial

(69) 98163-1670

comercial.diarioro@gmail.com

Diretor Geral

Jocenir Sérgio Santana

Redação

diarioderondonia@gmail.com

DRT/RO - 1742

Superpoderes para destruir patrimônio alheio, poderes limitados pela lei para destruir o crime organizado



Ibama e Polícia Federal incendiaram mais de 100 balsas de garimpo no Rio Madeira na última semana

Pág. 02

Aumento do ICMS e criação da contribuição rural: Setor econômico de Rondônia questiona decisões tomadas

Pág. 02

Prefeitura de Porto Velho disponibiliza leis e decretos municipais para consulta

Pág. 03

Porto Velho prorroga prazo de pagamento do Imposto Sobre Serviços até 20 de outubro de 2023

Pág. 04



Porto Velho agora tem
INOVE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Rua Raimundo Cantuária, 6066
Em frente ao Posto Atem